

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº63 - AGOSTO - PORTO VELHO, 2002
VOLUME IV
ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História

ARNEIDE CEMIN - Antropologia

ARTUR MORETTI - Física

CELSO FERRAREZI - Letras

FABÍOLA LINS CALDAS - História

JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia

MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação

MARIO COZZUOL - Biologia

MIGUEL NENEVÉ - Letras

VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

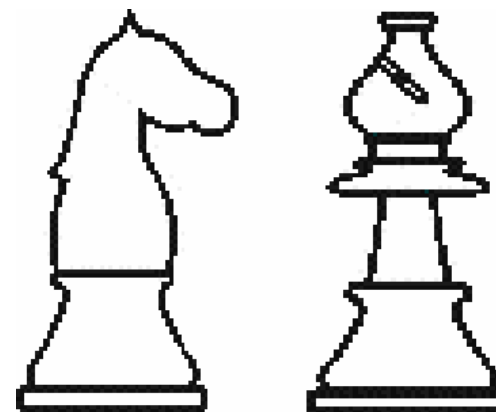
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

63



**POR QUE E COMO ORGANIZAR A
SOCIEDADE CIVIL, A CIDADANIA**

CLODOMIR MORAIS



Clodomir Santos de Moraes

jacintaclodomir@hotmail.com

Professor de Sociologia Rural - UFRO

POR QUE E COMO ORGANIZAR A SOCIEDADE CIVIL, A CIDADANIA

No último lustro do século e também último lustro do nosso atual segundo milênio, se chega ao epílogo de um longo período, de longas eras, em que os cidadãos cada dia se tornavam mais dependentes do estado e do Município.

Essa dependência para muitos indivíduos se afigurava como uma dádiva, uma prerrogativa que supostamente lhes atribuíam direitos de exigir do estado ou do Município, quase tudo. Até o emprego, como se o poder Público fosse dono de todos os meios ou fatores de produção. E foi assim que a maioria das Unidades Federativas do Brasil e a maioria das cinco mil Municipalidades do nosso País estão ao borde da falência sem poder pagar os seus servidores públicos, pois a despesa sobrepassa à receita tributária.

O Poder Público passou a ser tratado, nas últimas décadas, como a “vaca leiteira” na qual todos buscam manter-se. Dessarte tornou-se evidente a inviabilidade da União, da Unidade Federativa e da Municipalidade se não se introduz a racionalidade econômica no manejo da coisa pública.

Esta, a racionalidade econômica, a partir de determinada altura do processo de desenvolvimento tecnológico, independe de decisão política, por que ela obedece à lógica natural da eterna busca, não somente de maior produção, mas principalmente dos mais altos índices de produtividades. No fundo é a lei do menor esforço, a lei do mínimo de gastos para manter ou elevar os níveis de rendimento, de benefícios.

“No atual nível de incorporação de tecnologia aos processos produtivos - escreve Marcelo Affonso Monteir - o capitalismo destrói mais posto de trabalho do que é capaz de criar. Isso significa desemprego crescente e irreversível, ou seja, a geração de um exército planetário cada vez mais numerosos de excluídos. Esse processo de exclusão social vai ampliar muito os fenômenos do crime organizado na América Latina, do fundamentalismo islâmico no mundo muçulmano, do neofacismo na Europa, dos conflitos étnicos na América Negra e dos conflitos étnicos lutas raciais nos Estados Unidos, gerando a barbárie generalizada em escala mundial.”

“E que seja compreendido que a resposta policial pura e simples não é a solução, pois os bárbaros acabam marchando contra os civilizados, esmagando-os. Atila e Genghis Khan que o digam”.

O Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo, IATTERMUND, desde sua fundação em 1988 sob a égide da Universidade de Brasília que adverte a todos da “Camuflada Guerra Civil do Desemprego” que cada ano mais avassala as populações das grandes cidades brasileiras. Hoje os jornais diários registram chacinas semanais, enquanto se registram semanalmente rebeliões de detentos nos estabelecimentos penais.

A experiência do IATTERMUND em três continentes tem presente que, ante a incapacidade do Poder Público no que diz respeito atacar a raiz do problema, que não é outra se não o desemprego, estrutural, cabe à Sociedade Civil exercitar a participação e mando dos mecanismos que passam ser criados para enfrentar os problemas mais graves de suas comunidades.

Porém, essa mesma experiência tem demonstrado que, nenhum projeto, nenhuma iniciativa terá eficácia se nos seus objetivos não estejam contempladas as medidas de geração de emprego e renda de tipo participativa e comunitária.

É que o conceito CIDADANIA já não pode continuar usado e abusado definido como um “invertebrado gasoso”, ou seja, sem conteúdo algum. CIDADANIA não se cria e nem se resgata nem se outorga com distribuição de bolsa escola, renda mínima, alimentos e roupas para excluídos, para os que perderam sua cidadania. A Cidadania é definida como a capacidade que o indivíduo tem para se manter a si mesmo, manter a sua família, e mediante o pagamento de tributos, remunerar os serviços que a sociedade põe a seu inteiro dispor, ou seja, os serviços públicos.

O escritor francês, Beaumarchais, em 1774, (nas suas contenda judiciais com o Conselheiro Gusmão) processado pela Justiça, diante do parâmetro, fez sua própria defesa e um apelo ao público: Eu sou um cidadão, quero dizer, aquilo que devies ser há duzentos anos e que sereis dentro de vinte anos talvez”. Ele estava de fato ha duzentos anos da primeira revolução burguesa, na qual surgiram os primeiro cidadãos dos Países Baixos e, apenas vinte anos da quarta revolução burguesa, em que os franceses usavam o apelativo “citoyens”, cidadãos não para a plebe ignara e nem para a nobreza parasitária e sim para aqueles (os burgueses) se dispuseram a criar o estado democrático concebido pela Ilustração.

Hoje, a definição de CIDADANIA não se refere apenas ao gozo dos direitos civis e políticos do Estado mas também no desempenho de seus deveres para com a sociedade. Atualmente o principal dever da CIDADANIA não é organizar-se em fila para receber cestas básicas e sim organizar-se para gerar cestas básicas mediante a produção comunitária de bens e de serviços.

Os núcleos de integração da Cidadania, NICID, portanto, só cumprirão sua função histórica de forma exitosa, se criar em condições para que se estruturarem as diferentes maneiras, distintas formas de organização dos cidadãos para manter os serviços de que as comunidades necessitam, operando eficiente e autogestioaciamente com capacidade de auto-manter-se mediante suas atividades

Um laboratório Organizacional de Curso para formar os Técnicos em Desenvolvimento Econômico da Cidadania (e a seguir os seus interlocutores os Auxiliares de Projetos de Investimentos , os APIS, à nível de comunidades) permitirá o exercício da participação social ativa e que os levará a identificar os mecanismos e organismos sociais capazes de garantir o resgate da Cidadania dos excluídos dos Municípios e bairros.

É na aplicação desse tipo de Laboratório de Capacitação Massiva que as comunidades criarão vários sistemas de participação social, de mobilização da sociedade civil para meter ombros naquilo em que o Estado ou Município se manifesta impossibilitado de operar com eficiência.

Entre eles se poderá citar alguns como o SISAPLAM (Sistema Alternativo de Planejamento Municipal) com os seus cursos para Auxiliar de Pesquisas Alternativas Socioeconômicas; APASE; o SISAS, (Sistema Alternativo de Saúde) com seus cursos de formação de Auxiliares de Proteção Alternativa de Saúde (profilaxia) APAS; o Sistema Alternativo de Educação Funcional, SEAF, com os seus cursos de Práticas Alternativa da Educação Funcional, APAEF.

Sistemas como estes e outros , todos geradores de emprego e renda a um só tempo que se põe a serviço das comunidades carentes, sem se esquecer de um sistema Alternativo de Socorro ou Assistência Jurídica, SASAJ, tão necessário à proteção dos direitos das mulheres, das crianças e das vítimas do trânsito.

A participação social gerada nos âmbitos dos Laboratórios Organizacionais fará surgir muitas concepções das formas através das quais a CIDADANIA se incorpora ao manejo da coisa publica. Exemplo: ninguém pode impedir que um sindicato, uma associação qualquer recolha gratificações de proprietários de autos, ou de casas comerciais e com elas paguem a desempregados para tapar buracos do asfalto. E assim por diante. Por isso, o primeiro passo para obter a maior dimensão de todo qualquer projeto socioeconômico está na realização do Laboratório Organizacional de Cursos para formação dos quadros formadores dos interlocutores juntos às Comunidades, porque somente estas têm mais capacidade para identificar a solução dos seus mais graves problemas e da maneira mais simples e mais barata.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

SUGESTÃO DE LEITURA

*essa gruta
essa greta
garbo em que me acabo*

*essa mina
essa melanina
que pinga entre os lábios*

*essa força
essa força
que faço pra voltar pra casa*

*não acaba
não há lábia
para tanta língua falo*

CARLOS MOREIRA